

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	9
DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	10
Demonstração do Valor Adicionado	11
Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	15
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	37
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	38

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	39
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	40
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	41
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	42

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2017</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	402.202
Preferenciais	384.204
<b>Total</b>	<b>786.406</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Assembléia Geral Ordinária	19/04/2017	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,11265
Assembléia Geral Ordinária	19/04/2017	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe A	0,11265
Assembléia Geral Ordinária	19/04/2017	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe B	0,03669
Assembléia Geral Ordinária	19/04/2017	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe C	0,11265
Assembléia Geral Ordinária	19/04/2017	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe R	0,01223
Assembléia Geral Ordinária	19/04/2017	Dividendo		Ordinária		0,11921
Assembléia Geral Ordinária	19/04/2017	Dividendo		Preferencial	Preferencial Classe A	0,11921
Assembléia Geral Ordinária	19/04/2017	Dividendo		Preferencial	Preferencial Classe C	0,11921

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2017</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2016</b>
1	Ativo Total	1.260.162	1.249.895
1.01	Ativo Circulante	84.902	64.879
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	59.222	25.712
1.01.03	Contas a Receber	16.782	25.989
1.01.03.01	Clientes	1.162	924
1.01.03.01.01	Concessionárias	1.162	924
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	15.620	25.065
1.01.03.02.01	Rendas a receber	15.620	25.065
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.663	7.717
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.663	7.717
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	6.235	5.461
1.01.08.03	Outros	6.235	5.461
1.01.08.03.02	Prêmio de risco - GSF	48	48
1.01.08.03.03	Outros créditos	6.187	5.413
1.02	Ativo Não Circulante	1.175.260	1.185.016
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.509	1.373
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.509	1.373
1.02.01.09.03	Cauções e depósitos vinculados	652	652
1.02.01.09.04	Prêmio de risco - GSF	527	539
1.02.01.09.05	Outros créditos	330	182
1.02.03	Imobilizado	1.157.172	1.166.383
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.120.357	1.125.842
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	36.815	40.541
1.02.04	Intangível	16.579	17.260
1.02.04.01	Intangíveis	16.579	17.260
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	15.902	16.582
1.02.04.01.02	Intangível em Serviço	219	245
1.02.04.01.03	Intangível em Curso	458	433

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2017</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2016</b>
2	Passivo Total	1.260.162	1.249.895
2.01	Passivo Circulante	97.993	87.955
2.01.02	Fornecedores	2.027	2.218
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.027	2.218
2.01.03	Obrigações Fiscais	6.731	12.171
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	6.726	12.084
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	4.947	0
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	1.779	12.084
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	5	25
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	0	62
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	27.885	11.985
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	27.885	11.985
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	27.885	11.985
2.01.05	Outras Obrigações	51.177	51.170
2.01.05.02	Outros	51.177	51.170
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	43.920	43.920
2.01.05.02.04	Uso do Bem Público	4.620	4.584
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	2.637	2.666
2.01.06	Provisões	10.173	10.411
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	64	57
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	64	57
2.01.06.02	Outras Provisões	10.109	10.354
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	10.109	10.354
2.02	Passivo Não Circulante	148.294	153.651
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	83.517	82.957
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	83.517	82.957
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	83.517	82.957
2.02.02	Outras Obrigações	45.058	45.223
2.02.02.02	Outros	45.058	45.223
2.02.02.02.05	Uso do bem público	45.037	45.175
2.02.02.02.06	Outras contas a pagar	21	48
2.02.03	Tributos Diferidos	3.407	9.151
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.407	9.151
2.02.04	Provisões	16.312	16.320
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	10.483	10.073
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	114	110
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	673	642
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	9.696	9.321
2.02.04.02	Outras Provisões	5.829	6.247
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	5.829	6.247
2.03	Patrimônio Líquido	1.013.875	1.008.289
2.03.01	Capital Social Realizado	804.459	804.459
2.03.02	Reservas de Capital	14.473	14.473
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	14.473	14.473
2.03.04	Reservas de Lucros	189.026	189.026
2.03.04.01	Reserva Legal	44.640	44.640

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2017</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2016</b>
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	62.787	48.066
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	47.945	62.666
2.03.04.10	Reserva de Investimento	33.654	33.654
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	5.586	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	331	331

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	44.240	69.511
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-15.588	-13.359
3.02.01	Custo com energia elétrica	-454	-1.237
3.02.02	Custo de operação	-15.134	-12.122
3.03	Resultado Bruto	28.652	56.152
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.158	-3.692
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.158	-3.554
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-2.820	-3.462
3.04.02.02	Depreciações e Amortizações	-338	-92
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-138
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	25.494	52.460
3.06	Resultado Financeiro	-17.041	-10.120
3.06.01	Receitas Financeiras	1.192	2.297
3.06.02	Despesas Financeiras	-18.233	-12.417
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	8.453	42.340
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.867	-13.855
3.08.01	Corrente	-8.611	-17.782
3.08.02	Diferido	5.744	3.927
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	5.586	28.485
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	5.586	28.485
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,00000	0,04788
3.99.01.02	PNR	0,00339	0,01223
3.99.01.03	PNA	0,03669	0,04788
3.99.01.04	PNB	0,03669	0,03669
3.99.01.05	PNC	0,03669	0,04788
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,00000	0,04788
3.99.02.02	PNR	0,00339	0,01223
3.99.02.03	PNA	0,03669	0,04788
3.99.02.04	PNB	0,03669	0,03669
3.99.02.05	PNC	0,03669	0,04788

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	5.586	28.485
4.03	Resultado Abrangente do Período	5.586	28.485



**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	35.770	48.523
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	38.660	64.713
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	8.453	42.340
6.01.01.05	Depreciações e amortizações	12.072	9.393
6.01.01.06	Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	96	938
6.01.01.08	Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	14.721	7.293
6.01.01.09	Uso do bem público - atualização monetária e AVP	1.061	2.011
6.01.01.10	Provisão para plano de benefícios pós-emprego	-31	25
6.01.01.11	Provisão e atualização monetária para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	379	859
6.01.01.12	Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	277	563
6.01.01.13	Ajuste a valor presente	1.739	1.694
6.01.01.18	Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	-111	-407
6.01.01.19	Amortização do prêmio de risco - GSF	12	0
6.01.01.20	Outros	-8	4
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.890	-16.190
6.01.02.01	Concessionárias	-238	606
6.01.02.02	Impostos e contribuições sociais compensáveis	-199	-301
6.01.02.03	Rendas a receber	9.445	-5.850
6.01.02.05	Cauções e depósitos vinculados	0	-80
6.01.02.07	Outros ativos operacionais	-922	-670
6.01.02.08	Fornecedores	-191	-1.826
6.01.02.09	Outros tributos e contribuições sociais	-6.808	-3.831
6.01.02.10	Benefícios pós-emprego	69	15
6.01.02.13	Provisões	-985	-258
6.01.02.14	Uso do bem público	-1.163	-1.074
6.01.02.15	Outros passivos operacionais	-48	2
6.01.02.16	Imposto de renda e contribuição social pagos	-1.850	-2.923
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.260	-1.554
6.02.01	Adições ao imobilizado e intangível	-2.260	-1.554
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	33.510	46.969
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	25.712	49.663
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	59.222	96.632

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	804.459	14.473	189.026	0	331	1.008.289
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.459	14.473	189.026	0	331	1.008.289
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	5.586	0	5.586
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	5.586	0	5.586
5.07	Saldos Finais	804.459	14.473	189.026	5.586	331	1.013.875

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	804.459	14.473	259.794	0	356	1.079.082
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.459	14.473	259.794	0	356	1.079.082
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-23.752	0	0	-23.752
5.04.08	Dividendo adicional aprovado	0	0	-23.752	0	0	-23.752
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	28.485	0	28.485
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	28.485	0	28.485
5.07	Saldos Finais	804.459	14.473	236.042	28.485	356	1.083.815

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016</b>
7.01	Receitas	51.129	77.317
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	48.824	76.701
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	2.305	616
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.760	-5.576
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-58	-966
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.798	-3.364
7.02.04	Outros	-904	-1.246
7.02.04.01	Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	-443	-406
7.02.04.02	Outros custos operacionais	-461	-840
7.03	Valor Adicionado Bruto	45.369	71.741
7.04	Retenções	-12.101	-9.411
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-12.101	-9.411
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	33.268	62.330
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.250	2.409
7.06.02	Receitas Financeiras	1.250	2.409
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	34.518	64.739
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	34.518	64.739
7.08.01	Pessoal	2.672	2.388
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.185	1.950
7.08.01.02	Benefícios	430	331
7.08.01.03	F.G.T.S.	57	107
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7.927	21.350
7.08.02.01	Federais	7.863	21.180
7.08.02.02	Estaduais	40	170
7.08.02.03	Municipais	24	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	18.333	12.516
7.08.03.01	Juros	18.233	12.417
7.08.03.02	Aluguéis	100	99
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	5.586	28.485
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	5.586	28.485

## Comentário do Desempenho



### COMENTÁRIO DE DESEMPENHO DA COMPANHIA NO PERÍODO DE JANEIRO A MARÇO DE 2017(\*)

(\*) Todas as informações apresentadas nesse comentário de desempenho estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas. As informações operacionais não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

#### A COMPANHIA

A Investco S.A. tem como atividade a exploração da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães ("UHE Lajeado"), localizada no Rio Tocantins, nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins. A Usina tem potência instalada de 902,5 MW, distribuída em cinco unidades geradoras com potência de 180,5 MW cada, e uma energia assegurada anual de 4.625 GWh.

A principal fonte de receita da Companhia é o valor do arrendamento dos ativos da UHE Luís Eduardo Magalhães, nos termos e condições do Contrato de Arrendamento celebrado entre a Companhia e seus acionistas detentores de ações ordinárias da Companhia; além dessa fonte de receita, a Companhia obtém receita da venda de 1% da energia elétrica gerada pela UHE Luís Eduardo Magalhães, que corresponde à parcela da concessão de titularidade da Companhia.

A energia elétrica gerada pela UHE Luís Eduardo Magalhães é utilizada e comercializada pelos respectivos titulares da concessão compartilhada da UHE Luís Eduardo Magalhães, na condição de "Produtor Independente", na proporção da participação de cada um deles na concessão, nos termos do Contrato de Concessão.

#### PRINCIPAIS INDICADORES

DESCRIÇÃO	Unidade	Saldos		Var. %
		1T17	1T16	
Financeiros				
Ativo total	R\$ mil	1.260.162	1.340.444	-6,0%
Patrimônio líquido	R\$ mil	1.013.875	1.083.815	-6,5%
Dívida líquida	R\$ mil	52.180	1.673	3018,9%
Dívida líquida/ Patrimônio líquido	vezes	0,05	0,00	3234,1%
Dívida líquida/ EBITDA (3 meses)	vezes	0,23	0,01	4290,3%

RESULTADOS	Unidade	1° Trimestre		Var. %
		1T17	1T16	
Receita Líquida	R\$ mil	44.240	69.511	-36,4%
Gastos gerenciáveis*	R\$ mil	-18.292	-15.814	15,7%
Gastos não-gerenciáveis	R\$ mil	-454	-1.237	-63,3%
Resultado do serviço (EBIT)	R\$ mil	25.494	52.460	-51,4%
EBITDA	R\$ mil	37.566	61.853	-39,3%
Resultado financeiro	R\$ mil	-17.041	-10.120	68,4%
Resultado antes de IR e CS	R\$ mil	8.453	42.340	-80,0%
Lucro líquido	R\$ mil	5.586	28.485	-80,4%
* inclui depreciação e amortização				
Margens				
Margem EBITDA (EBITDA/ receita líquida)	%	84,91%	88,98%	-4,1%
Margem líquida (lucro líquido/ receita líquida)	%	12,63%	40,98%	-28,4%

#### DESEMPENHO OPERACIONAL

No 1T17, a Investco S.A. que opera e mantém a UHE Lajeado gerou 884 GWh, 30,6% inferior aos 1.273 GWh gerados no 1T16 devido a manutenções preventivas das unidades geradoras e à baixa afluência (vazão) do Rio Tocantins.

## Comentário do Desempenho



### DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO	1T17	1T16	var. %
Receita operacional bruta	48.824	76.701	-36,3%
(-) Deduções à receita operacional	-4.584	-7.190	-36,2%
<b>(=) Receita operacional líquida</b>	<b>44.240</b>	<b>69.511</b>	<b>-36,4%</b>
<b>Gastos não gerenciáveis</b>	<b>-454</b>	<b>-1.237</b>	<b>-63,3%</b>
Energia elétrica comprada para revenda	-52	-868	-94,0%
Encargos de uso da rede elétrica	-402	-369	8,9%
Outros gastos não gerenciáveis	0	0	0,0%
<b>Margem bruta</b>	<b>43.786</b>	<b>68.274</b>	<b>-35,9%</b>
<b>Gastos gerenciáveis</b>	<b>-6.220</b>	<b>-6.421</b>	<b>-3,1%</b>
Pessoal	-3.029	-2.655	14,1%
Materiais e serviços de terceiros	-2.609	-2.955	-11,7%
Arrendamentos e aluguéis	-97	-96	1,0%
Provisões e contingências	0	-138	-100,0%
Outros gastos gerenciáveis	-485	-577	-15,9%
<b>EBITDA</b>	<b>37.566</b>	<b>61.853</b>	<b>-39,3%</b>
<b>Depreciação e amortização</b>	<b>-12.072</b>	<b>-9.393</b>	<b>28,5%</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>-17.041</b>	<b>-10.120</b>	<b>68,4%</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>-2.867</b>	<b>-13.855</b>	<b>-79,3%</b>
<b>Lucro líquido</b>	<b>5.586</b>	<b>28.485</b>	<b>-80,4%</b>

A **Receita Operacional Líquida**, composta pela receita do arrendamento e venda de energia deduzidos os impostos incidentes, atingiu R\$ 44,2 milhões no 1T17, queda de 36,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. A queda de R\$ 25,3 milhões é proveniente, principalmente, da aplicação do Coeficiente de Ajuste (CA) existente no cálculo do valor de arrendamento entre os períodos.

Os **Gastos Não Gerenciáveis** (energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso do sistema de transmissão) totalizaram um resultado de R\$ 0,454 milhões no primeiro trimestre de 2017, redução de R\$ 0,783 milhões quando comparado ao resultado de R\$ 1,237 milhões no mesmo período do ano anterior.

Os **Gastos Gerenciáveis** compreendidos pelos gastos com pessoal, materiais, serviços de terceiros, outras despesas e provisões para contingências totalizaram R\$ 6,2 milhões no primeiro trimestre de 2017, queda de 3,1% em relação ao primeiro trimestre de 2016, sendo R\$ 0,3 milhões em despesa meio ambiente.

No primeiro trimestre de 2017 o **EBITDA** alcançou R\$ 37,6 milhões, valor 39,3% inferior ao alcançado no 1T16, devido à menor receita de arrendamento do período.

A **Depreciação e Amortização** atingiu um valor de R\$ 12,1 milhões, 28,5% superior ao 1T16 em decorrência da depreciação acelerada que ocorreu a partir de junho de 2016.

O **Resultado Financeiro líquido** no 1T17 foi negativo em R\$ 6,9 milhões, 68,4% superior ao 1T16, devido ao provisionamento dos dividendos, contabilizadas como encargos de dívidas.

No 1T17, a Companhia apresentou um **Lucro Líquido** de R\$ 5,6 milhões, 80,4% inferior frente ao mesmo período do ano anterior, em função da menor receita de arrendamento.

## Comentário do Desempenho



### ENDIVIDAMENTO

ENDIVIDAMENTO	1T17	4T16	var. %	1T16	var. %
( + ) Dívida bruta	111.402	94.942	17,34%	98.305	13,32%
( - ) Disponibilidades	-59.222	-25.712	130,33%	-96.632	-38,71%
<b>( = ) Dívida líquida</b>	<b>52.180</b>	<b>69.230</b>	<b>-24,63%</b>	<b>1.673</b>	<b>3018,95%</b>

A **Dívida Bruta** atingiu R\$ 111,4 milhões em 31 de março de 2017, composta principalmente pelo ajuste a valor presente das ações preferenciais A, B e C conforme item 19 do CPC 39 classificado como encargos de dívidas.

A **Dívida Líquida**, considerando o valor de R\$ 59,2 milhões de caixa e disponibilidades, alcançou R\$ 52,2 milhões em 31 de março de 2017, decréscimo de 24,6% em relação ao 4º trimestre de 2016. Essa variação deve-se, em maior parte, pelo aumento da geração de caixa e pelo provisionamento dos dividendos.

**Notas Explicativas**

**INVESTCO S.A.**  
**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM**  
 (Em milhares de reais)



<b>ATIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>31/03/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	59.222	25.712
Concessionárias		1.162	924
Rendas a receber	4	15.620	25.065
Impostos e contribuições sociais	5	2.663	7.717
Prêmio de risco - GSF		48	48
Outros créditos		6.187	5.413
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>84.902</b>	<b>64.879</b>
<b>Não circulante</b>			
Depósitos vinculados	11	652	652
Prêmio de risco - GSF		527	539
Outros créditos		330	182
		<b>1.509</b>	<b>1.373</b>
Imobilizado	8	1.157.172	1.166.383
Intangível	9	16.579	17.260
		<b>1.173.751</b>	<b>1.183.643</b>
<b>Total do Ativo Não circulante</b>		<b>1.175.260</b>	<b>1.185.016</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>1.260.162</b>	<b>1.249.895</b>
<b>PASSIVO</b>			
	<b>Nota</b>	<b>31/03/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Circulante</b>			
Fornecedores		2.027	2.218
Impostos e contribuições sociais	5	6.731	12.171
Dividendos		43.920	43.920
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	10	27.885	11.985
Benefícios pós-emprego		64	57
Uso do bem público		4.620	4.584
Provisões	11	10.109	10.354
Outras contas a pagar		2.637	2.666
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>97.993</b>	<b>87.955</b>
<b>Não circulante</b>			
Tributos diferidos	6	3.407	9.151
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	10	83.517	82.957
Benefícios pós-emprego		673	642
Uso do bem público		45.037	45.175
Provisões	11	15.639	15.678
Outras contas a pagar		21	48
<b>Total do Passivo Não circulante</b>		<b>148.294</b>	<b>153.651</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	12.1	804.459	804.459
Reservas de capital		14.473	14.473
Reservas de lucros		189.026	189.026
Outros resultados abrangentes		331	331
Lucros acumulados		5.586	
<b>Total do Patrimônio líquido</b>		<b>1.013.875</b>	<b>1.008.289</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.260.162</b>	<b>1.249.895</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



**Notas Explicativas**

**INVESTCO S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**  
**PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO**  
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	<b>Nota</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Receitas</b>	13	<b>44.240</b>	<b>69.511</b>
<b>Custo da produção e do serviço de energia elétrica</b>	14		
Custo do serviço de energia elétrica		(454)	(1.237)
Custo de operação		(15.134)	(12.122)
		<u>(15.588)</u>	<u>(13.359)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<b>28.652</b>	<b>56.152</b>
<b>Despesas e Receitas operacionais</b>	14		
Despesas gerais e administrativas		(2.820)	(3.462)
Depreciações e amortizações		(338)	(92)
Outras despesas e receitas operacionais			(138)
		<u>(3.158)</u>	<u>(3.692)</u>
<b>Lucro antes do resultado financeiro e tributos</b>		<b>25.494</b>	<b>52.460</b>
<b>Resultado financeiro</b>	15		
Receitas financeiras		1.192	2.297
Despesas financeiras		(18.233)	(12.417)
		<u>(17.041)</u>	<u>(10.120)</u>
<b>Lucro antes dos tributos sobre o Lucro</b>		<b>8.453</b>	<b>42.340</b>
<b>Tributos sobre o lucro</b>	16		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(8.611)	(17.782)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		5.744	3.927
		<u>(2.867)</u>	<u>(13.855)</u>
<b>Lucro líquido do período</b>		<b>5.586</b>	<b>28.485</b>
<b>Resultado por ação atribuível aos acionistas</b>			
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)	17		
ON			0,04788
PNR		0,00339	0,01223
PNA		0,03669	0,04788
PNB		0,03669	0,03669
PNC		0,03669	0,04788

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**Notas Explicativas**

**INVESTCO S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**  
**PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO**  
(Em milhares de reais)



	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>5.586</b>	<b>28.485</b>
<b>Resultado abrangente do período</b>	<b><u>5.586</u></b>	<b><u>28.485</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**Notas Explicativas**

**INVESTCO S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
 (Em milhares de reais)



	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	804.459	14.473	259.794	356	-	1.079.082
Dividendo adicional aprovado - AGO de 11/04/2016			(23.752)			(23.752)
Lucro líquido do período					28.485	28.485
<b>Saldos em 31 de março de 2016</b>	804.459	14.473	236.042	356	28.485	1.083.815
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	804.459	14.473	189.026	331	-	1.008.289
Lucro líquido do período					5.586	5.586
<b>Saldos em 31 de março de 2017</b>	804.459	14.473	189.026	331	5.586	1.013.875

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**Notas Explicativas**

**INVESTCO S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO**  
 (Em milhares de reais)



	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	8.453	42.340
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>		
Depreciações e amortizações	12.072	9.393
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	96	938
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	14.721	7.293
Uso do bem público - atualização monetária e AVP	1.061	2.011
Provisão para plano de benefícios pós-emprego	(31)	25
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas	379	859
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	277	563
Ajuste a valor presente - Empréstimos e financiamentos	1.739	1.694
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	(111)	(407)
Amortização do prêmio de risco - GSF	12	
Outros	(8)	4
	<b>38.660</b>	<b>64.713</b>
<b>(Aumento) diminuição de ativos operacionais</b>		
Concessionárias	(238)	606
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(199)	(301)
Cauções e depósitos vinculados		(80)
Rendas a receber	9.445	(5.850)
Outros ativos operacionais	(922)	(670)
	<b>8.086</b>	<b>(6.295)</b>
<b>Aumento (diminuição) de passivos operacionais</b>		
Fornecedores	(191)	(1.826)
Outros tributos e contribuições sociais	(6.808)	(3.831)
Benefícios pós-emprego	69	15
Provisões	(985)	(258)
Uso do bem público	(1.163)	(1.074)
Outros passivos operacionais	(48)	2
	<b>(9.126)</b>	<b>(6.972)</b>
<b>Caixa proveniente das atividades operacionais</b>	<b>37.620</b>	<b>51.446</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.850)	(2.923)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>35.770</b>	<b>48.523</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Adições ao Imobilizado e Intangível	(2.260)	(1.554)
<b>Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento</b>	<b>(2.260)</b>	<b>(1.554)</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>33.510</b>	<b>46.969</b>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	59.222	96.632
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	25.712	49.663
	<b>33.510</b>	<b>46.969</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**Notas Explicativas**

**INVESTCO S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**  
**PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO**  
 (Em milhares de reais)



	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Geração do valor adicionado</b>	51.129	77.317
Receita operacional	48.824	76.701
Receita relativa à construção de ativos próprios	2.305	616
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(5.760)</b>	<b>(5.576)</b>
Custos da energia comprada	(58)	(966)
Encargos de uso da rede elétrica	(443)	(406)
Materiais	(2.391)	(418)
Serviços de terceiros	(2.407)	(2.946)
Outros custos operacionais	(461)	(840)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>45.369</b>	<b>71.741</b>
<b>Retenções</b>		
Depreciações e amortizações	(12.101)	(9.411)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<b>33.268</b>	<b>62.330</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	1.250	2.409
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>34.518</b>	<b>64.739</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Pessoal		
Remuneração direta	2.185	1.950
Benefícios	430	331
FGTS	57	107
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	7.863	21.180
Estaduais	40	170
Municipais	24	
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	18.233	12.417
Aluguéis	100	99
	<b>28.932</b>	<b>36.254</b>
Lucros retidos	5.586	28.485
	<b>34.518</b>	<b>64.739</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



### 1 Contexto operacional

A Investco S.A. (Companhia ou Investco), sociedade anônima de capital aberto, controlada direta da Lajeado Energia S.A. (Lajeado Energia) e controlada final da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede na cidade de Miracema do Tocantins no Estado do Tocantins, tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizados nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

#### 1.1 Concessão

A Companhia detém parte do Contrato de Concessão de exploração dos ativos da UHE Lajeado pelo prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado, a critério exclusivo do Poder Concedente, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW e assegurada de 823,3 MW.

A Companhia é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre a Lajeado Energia, titular de 72,27%, CEB Lajeado S.A., titular de 19,80%, Paulista Lajeado Energia S.A., titular de 6,93% e a Companhia, titular de 1%. Portanto as referidas empresas, em conjunto, são as concessionárias da UHE Lajeado, formando o Consórcio Usina Lajeado.

A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de “Produtor Independente”, nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção de suas participações.

Da potência e energia asseguradas, as concessionárias da UHE Lajeado deverão destinar 617,48 MW e 2.877.660 MWh/ano até o prazo final deste contrato para venda às empresas concessionárias de serviço público de distribuição. Caso as concessionárias não consigam entregar essa quantidade de energia, deverão ressarcir os agentes de mercado com os quais tem compromissos.

Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Nota 4), nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, além da receita auferida pela comercialização da energia elétrica na proporção de sua participação, a Companhia tem como fonte de receita o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado. Trata-se de um arrendamento operacional, uma vez que os bens serão revertidos para a União, quando do término do Contrato de concessão.

#### 1.1.1 Uso do bem público

A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Lajeado, paga à União, do 7º ao 35º ano de concessão ou enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido no contrato, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. Em 31 de março de 2017, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$49.657 (R\$49.759 em 31 de dezembro de 2016). A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

#### 1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica, anualmente, em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

## 2 Base de preparação

### 2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das informações contábeis intermediárias em 19 de abril de 2017.

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social em 31 de dezembro de 2016.

Algumas notas explicativas não estão sendo apresentadas no sentido de evitar repetições de informações já divulgadas nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2016. Consequentemente, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais divulgadas à CVM em 22 de fevereiro de 2017. Segue abaixo a relação das notas explicativas nessa situação:

Número da nota explicativa em 31/12/2016	Título da nota explicativa	Justificativa
2.7	Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas	(a)
5	Concessionárias	(b)
10	Prêmio de risco - GSF	(b)
11	Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar – Passivo	(b)
14	Fornecedores	(b)
15	Dividendos	(b)
17	Benefício pós emprego	(b)
18	Uso do bem público	(b)
20.3	Reservas	(b)
20.3.1	Ágio na emissão de ações	(b)
20.3.2	Retenção de lucros	(b)
20.3.3	Reserva de investimento	(b)
20.3.4	Dividendos adicional proposto	(b)
20.4	Outros resultados abrangentes	(b)
26.1	Instrumentos financeiros	(c)
26.1.1	Classificação dos instrumentos financeiros	(c)
26.1.2	Valor justo	(c)
26.1.2.1	Mensuração a valor justo	(c)
26.2.5	Gestão de capital	(b)
29	Cobertura de seguros	(b)

## Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



(a) Nota explicativa idêntica à divulgada nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2016.

(b) Não houve alteração no contexto da nota explicativa, sendo as variações dos valores referentes ao período findo em 31 de março de 2017, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, considerados imateriais pela Administração da Companhia.

(c) Não houve alteração no contexto da nota explicativa, desta forma, os textos não estão sendo apresentados.

### 2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

### 2.3 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo.

### 2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das informações contábeis intermediárias, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente e a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 6); Recuperação dos ativos - *impairment* (Nota 2.6); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 8 e 9); Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 18.1); Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas (Nota 11.1); e Provisões necessárias para custos relacionados às licenças ambientais (Nota 11.2).

### 2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

#### Ativo financeiro

São avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis e ao final de cada exercício, exceto para Concessionárias que são avaliados mensalmente. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

#### Ativo não financeiro

Se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável, a Companhia procede o teste de recuperabilidade dos ativos.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida, independentemente de ter indicações de perdas não recuperáveis, têm a recuperação do seu valor testada anualmente.

## 3 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2017	31/12/2016
Bancos conta movimento	1.233	983
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	57.989	24.729
Total	<u>59.222</u>	<u>25.712</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras estão remuneradas a taxa de 96,00% a 101,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 18.

## 4 Rendas a receber

	31/03/2017	31/12/2016
Lajeado Energia	11.402	18.297
Paulista Lajeado Energia	1.094	1.755
CEB Lajeado	3.124	5.013
	<u>15.620</u>	<u>25.065</u>

## Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, e aditado em 23 de junho de 2009, no qual a Companhia arrendou às demais concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Lajeado Energia, Paulista Lajeado e CEB Lajeado), frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Companhia, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão (Notas 1.1 e 7).

Este arrendamento é contabilizado mensalmente como arrendamento operacional, de acordo com o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, pois a operação da usina é de responsabilidade da Companhia, não havendo transferência de propriedade ou controle do ativo aos arrendatários. Os saldos são todos vinculados e estão apresentados ao custo amortizado.

O contrato de arrendamento objetiva assegurar à Companhia receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. O cálculo do contrato de arrendamento é baseado na remuneração de 8,83% ao ano corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA sobre 99% do valor do ativo imobilizado líquido, acrescido da depreciação acumulada, sendo que, todos os valores utilizados no cálculo, são valores projetados. Decorrido o período, anualmente, aplica-se o Coeficiente de Ajuste - CA, cujo o objetivo é calcular os valores reais, identificando a diferença entre os valores cobrados anteriormente, e ajustar a diferença a maior ou a menor na projeção do ano seguinte.

A variação no exercício é decorrente, substancialmente, de dois aspectos: (i) devido o IPCA realizado em 2016 ser menor que o IPCA projetado para o exercício, houve um decréscimo no IPCA para o exercício de 2016; e (ii) redução do IPCA projetado para o exercício de 2017 em relação ao exercício anterior de 4,92 p.p..

### 5 Impostos e contribuições sociais

	Saldo em 31/12/2016	Adição	Atualização monetária	Adianta- mentos / Pagamentos	Compensa- ção de tributos	Transferên- cia	Saldo em 31/03/2017
<b>Ativo - Compensáveis</b>							
Imposto de renda e contribuição social	5.702		111	1.850	(3.442)	(3.664)	557
ICMS	11						11
PIS e COFINS	-	108				(108)	-
IRRF sobre aplicações financeiras	1.972	90					2.062
Outros	32	1					33
<b>Total</b>	<b>7.717</b>	<b>199</b>	<b>111</b>	<b>1.850</b>	<b>(3.442)</b>	<b>(3.772)</b>	<b>2.663</b>
<b>Passivo - a recolher</b>							
Imposto de renda e contribuição social		-	8.611			(3.664)	4.947
ICMS		25	166	(186)			5
PIS e COFINS		2.282	4.574	(1.813)	(3.442)	(108)	1.493
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		172	82	(203)			51
IRRF sobre juros s/ capital próprio	5.1	9.380		(9.380)			-
Encargos com pessoal		312	4	(81)			235
<b>Total</b>		<b>12.171</b>	<b>13.437</b>	<b>(11.663)</b>	<b>(3.442)</b>	<b>(3.772)</b>	<b>6.731</b>

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

#### 5.1 IRRF sobre juros s/ capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte da Companhia, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio com retenção de R\$9.380, conforme legislação, e liquidado em janeiro de 2017.

### 6 Tributos diferidos

O Imposto de renda e contribuição social diferidos foram registrados sobre diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09, e consideraram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pela sua natureza, e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

#### 6.1 Composição e base de cálculo

Natureza dos créditos	Nota	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado Períodos de 3 meses findos em 31 de março	
		31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016	2017	2016
<b>Diferenças temporárias</b>							
Benefício pós-emprego		240	58			182	190
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		2.110	1.981			129	324
Uso do bem público - CPC 25		16.884	16.918	3.469	3.524	21	373
Ações preferenciais resgatáveis - CPC 39	6.1.1	34.147	29.142	49.764	50.356	5.597	3.055
Benefício pós-emprego - Outros resultados abrangentes			171			(171)	
Outras		5.419	5.645	8.974	9.186	(14)	(15)
<b>Total diferenças temporárias</b>		<b>58.800</b>	<b>53.915</b>	<b>62.207</b>	<b>63.066</b>	<b>5.744</b>	<b>3.927</b>
<b>Total bruto</b>		<b>58.800</b>	<b>53.915</b>	<b>62.207</b>	<b>63.066</b>	<b>5.744</b>	<b>3.927</b>
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos		(58.800)	(53.915)	(58.800)	(53.915)		
<b>Total</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.407</b>	<b>9.151</b>		

#### 6.1.1 Ações preferenciais resgatáveis

Referem-se ao ajuste a valor presente das Ações preferenciais resgatáveis A, B e C conforme item 19 do CPC 39 (Nota 10).



## Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



### 6.1.2 Resultados tributáveis futuros

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados, a qual é aprovada pelo Conselho da Administração. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2017	2018	2019	2020	2021	2022 a 2024	A partir de 2025	Total Não circulante
1.746	6.982	6.982	6.764	6.109	16.117	14.100	58.800

### 7 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para seus acionistas e do montante a pagar aos acionistas detentores das ações preferenciais "A", "B" e "C" (Nota 10), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas Controladoras, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do período, estão apresentadas como segue:

Notas Explicativas



Notas explicativas  
 Período findo em 31 de março de 2017  
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Ativo		Passivo		Resultado	
	Circulante	Não circulante	Não circulante	Operacionais	Receitas (Despesas)	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016	2017	2016
<b>Concessionárias</b>						
<b>Suprimento de energia elétrica</b>						
EDP São Paulo	185	169			509	597
EDP São Paulo	7	5			16	17
<b>Uso do sistema de transmissão</b>						
EDP São Paulo	19	17			56	55
	211	191	-	-	581	669
<b>Rendas a receber (Nota 4)</b>						
<b>Arrendamento UHE Lajeado</b>						
Lajeado	11.402	18.297			34.207	54.882
CEB Lajeado	3.124	5.013			9.372	15.099
Paulista Lajeado	1.094	1.755			3.280	5.264
	15.620	25.065	-	-	46.859	75.195
<b>Outros créditos</b>						
<b>Devolução - Prêmio de seguro</b>						
EDP - Energias do Brasil		54	54	54		
<b>Compartilhamento de atividades e alocação de gastos (a)</b>						
EDP - Energias do Brasil		157			26	(102)
<b>Compartilhamento dos serviços de infraestrutura (b)</b>						
EDP - Energias do Brasil			21	22	(77)	(81)
	-	-	211	54	48	(183)
	15.831	25.256	211	54	48	47.761
			21	48		75.681

## Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Os contratos de compartilhamento entre as partes relacionadas são divididos em dois tipos: Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Custos e Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura:

**a) Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Custos:** A partir de 1º de janeiro de 2017, a EDP - Energias do Brasil, controladora indireta da Companhia, é responsável pela contratação do novo Contrato de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Custos que contemplam as atividades das áreas corporativas. O contrato foi anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 3.278, publicado em 23 de dezembro de 2016, e aprova o compartilhamento de recursos humanos entre a EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Santa Fé, EDP PCH e Porto do Pecém.

O novo contrato tem data de vigência a partir de 1º de janeiro de 2017, com prazo de vigência de 12 meses, e foi implementado utilizando o critério regulatório definido na Resolução Normativa ANEEL nº 699/16. O novo critério aloca os custos com pessoal de maneira proporcional ao Ativo Imobilizado Bruto (AIB), ponderada por um fator definido para cada segmento (transmissão, distribuição e geração), excluídos os custos da holding e da comercializadora, que são compartilhados de forma preditiva.

**b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura:** O instrumento tem por objetivo o rateio dos custos com a locação do imóvel, custos condominiais e custos de telecomunicações da sede da holding EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia possui instalada uma filial.

Em 28 de julho de 2015, após a anuência da ANEEL conforme Despacho nº 2.430/15, foi firmado o "Contrato de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura" entre EDP - Energias do Brasil e a Companhia, estabelecendo novos percentuais de rateio na base São Paulo, envolvendo empresas delegatárias de serviço público. O referido Contrato possui cláusula específica permitindo o rateio desde 1º de Janeiro de 2015 com vigência de 48 meses a partir da data de publicação do Despacho e está em conformidade com a Resolução Normativa ANEEL nº 334/08, válida a época da celebração do contrato.

Considerando a publicação da Resolução Normativa ANEEL nº 699/16, que revogou a Resolução Normativa nº 334/08, este contrato poderá sofrer alterações quando da sua renovação contratual.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de custos e infraestrutura com partes relacionadas ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 20.2).

### 7.1 Controladora direta e Controladora final

A controladora direta da Companhia é a Lajeado Energia S.A. e a controladora final é a EDP - Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A..

### 7.2 Remuneração dos administradores

#### 7.2.1 Remuneração total do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária pagos pela Companhia referente ao período findo em 31 de março

	2017				2016			
	Diretoria Estatutária	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Total	Diretoria Estatutária	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Total
Remuneração (a)	153	19	37	209	145	19	33	197
Benefícios de curto prazo (b)	3			3	3			3
Total	156	19	37	212	148	19	33	200

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

### 8 Imobilizado

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os custos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº674 de 11 de agosto de 2015.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

Para o período findo em 31 de março de 2017 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, no período citado, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

## Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



### 8.1 Composição do imobilizado

	31/03/2017			31/12/2016				
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		114.510		114.510		114.510		114.510
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	694.745	(197.099)	497.646	2,00	694.745	(193.626)	501.119
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,25	333.427	(113.954)	219.473	3,24	333.427	(112.037)	221.390
Máquinas e equipamentos	3,03	410.417	(159.585)	250.832	4,54	404.717	(156.521)	248.196
Veículos	14,29	650	(431)	219	14,29	650	(419)	231
Móveis e utensílios	6,25	20	(4)	16	6,25	20	(4)	16
		<u>1.553.769</u>	<u>(471.073)</u>	<u>1.082.696</u>		<u>1.548.069</u>	<u>(462.607)</u>	<u>1.085.462</u>
Sistema de transmissão de conexão (Nota 8.1.1)								
Edificações, obras civis e benfeitorias	25,25	8.328	(5.455)	2.873	23,10	8.328	(5.193)	3.135
Máquinas e equipamentos	3,45	72.883	(39.408)	33.475	3,25	72.883	(36.804)	36.079
		<u>81.211</u>	<u>(44.863)</u>	<u>36.348</u>		<u>81.211</u>	<u>(41.997)</u>	<u>39.214</u>
Administração								
Máquinas e equipamentos	11,95	1.149	(641)	508	10,81	1.149	(615)	534
Veículos	14,29	805	(343)	462	14,29	805	(314)	491
Móveis e utensílios	6,25	605	(262)	343	6,25	394	(253)	141
		<u>2.559</u>	<u>(1.246)</u>	<u>1.313</u>		<u>2.348</u>	<u>(1.182)</u>	<u>1.166</u>
Total do imobilizado em serviço		<u>1.637.539</u>	<u>(517.182)</u>	<u>1.120.357</u>		<u>1.631.628</u>	<u>(505.786)</u>	<u>1.125.842</u>
Imobilizado em curso								
Geração		36.684		36.684		40.410		40.410
Administração		131		131		131		131
Total do imobilizado em curso		<u>36.815</u>	<u>-</u>	<u>36.815</u>		<u>40.541</u>	<u>-</u>	<u>40.541</u>
Total do imobilizado		<u>1.674.354</u>	<u>(517.182)</u>	<u>1.157.172</u>		<u>1.672.169</u>	<u>(505.786)</u>	<u>1.166.383</u>

#### 8.1.1 Linhas de transmissão (Sistema de transmissão de conexão)

Atualmente a Companhia possui, dentre os seus ativos imobilizados compondo o Sistema de Transmissão de Conexão, R\$36.348 (R\$39.214 em 31 de dezembro de 2016) relativos à linha de transmissão LT 500 kV Miracema-Lajeado e a subestação SE 500/230kV Lajeado que levam a energia produzida pela Companhia até o ponto de conexão com a Rede Básica.

A ANEEL, por meio do Ofício nº 506 de 21 de julho de 2014, comunicou à Companhia que realizaria Leilão de Transmissão que previa a licitação destes ativos, dentre outras instalações, com vistas a atender a crescente demanda de carga do estado do Tocantins, nos termos do artigo nº 17 da Lei nº 9.074/95.

A ANEEL promoveu os Leilões de Transmissão nº04/14 e nº 01/15 em 18 de novembro de 2014 e 26 de agosto de 2015, respectivamente, todavia, não houve propostas para os respectivos ativos.

Em 13 de abril de 2016 foi realizado o Leilão de Transmissão nº 13/2015-ANEEL o qual a Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – Taesa sagrou-se vencedora do Lote P, o qual continha estes ativos. Em 27 de junho de 2016 a Taesa assinou o contrato de concessão e a implantação e entrada em operação comercial das novas instalações está prevista para ocorrer até 27 de dezembro de 2019. Os respectivos ativos serão transferidos à transmissora, sem ônus, em até 180 dias após a efetiva entrada em operação comercial das novas instalações a serem implantadas pela transmissora.

Com base no CPC 27 - Ativo imobilizado, devido a redução do prazo de vida útil destes ativos, a Companhia iniciou o processo de aceleração da depreciação dos mesmos a partir da competência de junho de 2016, data de assinatura do contrato de concessão pela Taesa, até a efetiva transferência dos ativos em dezembro de 2019.

### 8.2 Movimentação do imobilizado

	Nota	Valor líquido		Transferên- cia para imobilizado em serviço	Deprecia- ções	Baixas	Reclassifica- ção	Valor líquido 31/03/2017
		31/12/2016	Ingressos					
Imobilizado em serviço								
Terrenos		114.510						114.510
Reservatórios, barragens e adutoras		501.119			(3.473)			497.646
Edificações, obras civis e benfeitorias		224.525			(2.179)			222.346
Máquinas e equipamentos		284.809		5.699	(5.693)			284.815
Veículos		722			(41)			681
Móveis e utensílios		157		211	(9)			359
Total do imobilizado em serviço		<u>1.125.842</u>	<u>-</u>	<u>5.910</u>	<u>(11.395)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.120.357</u>
Imobilizado em curso								
Terrenos		2.082						2.082
Reservatórios, barragens e adutoras		738	121			(96)		763
Edificações, obras civis e benfeitorias		256						256
Máquinas e equipamentos		14.243	2.013	(5.699)			(865)	9.692
Adiantamento a fornecedores		4.191					711	4.902
Depósitos Judiciais	11.1.1.1	14.305						14.305
Outros		4.726	119	(211)			181	4.815
Total do imobilizado em curso		<u>40.541</u>	<u>2.253</u>	<u>(5.910)</u>	<u>-</u>	<u>(96)</u>	<u>27</u>	<u>36.815</u>
Total do imobilizado		<u>1.166.383</u>	<u>2.253</u>	<u>-</u>	<u>(11.395)</u>	<u>(96)</u>	<u>27</u>	<u>1.157.172</u>

### 9 Intangível

Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

## Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



### 9.1 Composição do intangível

	31/03/2017				31/12/2016			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Software	20,00	76	(41)	35	20,00	76	(37)	39
Direito de concessão - Licenças ambientais	25,42	8.100	(2.437)	5.663	20,00	8.100	(1.922)	6.178
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	3,22	20.137	(9.933)	10.204	3,22	20.137	(9.772)	10.365
		28.313	(12.411)	15.902		28.313	(11.731)	16.582
Sistema de transmissão de conexão								
Servidão permanente (Nota 8.1.1)	27,91	111	(26)	85	13,21	111	(18)	93
		111	(26)	85		111	(18)	93
Administração								
Software	20,00	1.671	(1.537)	134	20,00	1.671	(1.519)	152
		1.671	(1.537)	134		1.671	(1.519)	152
Total do intangível em serviço		30.095	(13.974)	16.121		30.095	(13.268)	16.827
Intangível em curso								
Geração		1		1		28		28
Administração		457		457		405		405
Total do intangível em curso		458	-	458		433	-	433
Total do intangível		30.553	(13.974)	16.579		30.528	(13.268)	17.260

### 9.2 Movimentação do intangível

	Nota	Valor líquido		Reclassificação	Valor líquido
		31/12/2016	Ingressos		
Intangível em serviço					
Software		191		(22)	169
Servidão permanente		93		(8)	85
Direito de concessão - Licenças ambientais		6.178		(515)	5.663
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	9.2.1	10.365		(161)	10.204
Total do intangível em serviço		16.827	-	(706)	16.121
Intangível em curso					
Outros intangíveis em curso	11.2	433	52	(27)	458
Total do Intangível em curso		433	52	(27)	458
Total do Intangível		17.260	52	(706)	16.579

#### 9.2.1 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE Lajeado. Foi constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o uso do bem público até o final do contrato de concessão, registrados em contrapartida do passivo. A amortização ocorrerá pelo prazo do contrato de concessão (Nota 1.1.1).

## 10 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

### 10.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Finalidade	Forma de pagamento	31/03/2017				31/12/2016				
		Encargos		Principal		Encargos		Principal		
		Circulante	Não circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Não circulante	Total	
<b>Moeda nacional</b>										
Ações recebíveis cumulativa	Ações preferenciais resgatáveis "A", "B" e "C"	Dividendos anuais e pagamento do principal ao término da concessão	27.885	41.230	42.287	111.402	11.985	41.542	41.415	94.942
Total			27.885	41.230	42.287	111.402	11.985	41.542	41.415	94.942

Os empréstimos e financiamentos são mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela Companhia no montante original de R\$157.335, onde, de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social.

Adicionalmente, de acordo com o artigo 9º, as ações preferenciais resgatáveis das classes "A" e "C", terão direito a equiparação na distribuição de dividendos caso sejam pagos dividendos a outras classes de ações superiores ao valor unitário dos dividendos anuais fixos.

O saldo em 31 de março de 2017 de R\$111.402 (R\$94.942 em 31 de dezembro de 2016) contempla o montante original e os juros até 2033 (término da concessão), ambos descontados a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Companhia na data de avaliação das ações.

Devido à suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato da Companhia não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39.

**Notas Explicativas**

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**10.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas**

	Valor líquido em 31/12/2016	Juros provisionados	Transferências	Ajuste a valor presente	Valor líquido em 31/03/2017
<b>Circulante</b>					
Juros	11.985	14.721	1.179		27.885
	11.985	14.721	1.179	-	27.885
<b>Não circulante</b>					
Principal	41.415			872	42.287
Juros	41.542		(1.179)	867	41.230
	82.957	-	(1.179)	1.739	83.517

Os juros provisionados de R\$14.721 referem-se aos dividendos suplementares destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A" e "C", conforme descrito nos artigos 8º e 9º do Estatuto Social da Companhia e deliberados pela AGO de 19 de abril de 2017 (Nota 21.1). Os montantes foram registrados em contrapartida a débito no Resultado Financeiro (Nota 15).

**10.3 Vencimento das parcelas**

<b>Circulante</b>	
2017	26.706
2018	1.179
	27.885
<b>Não circulante</b>	
2018	2.816
2019	3.675
2020	3.381
2021	3.110
2022 até 2026	12.193
2027 até 2031	8.034
2032 até 2033	50.308
	83.517
Total	111.402

**11 Provisões e Depósitos vinculados**

	Nota	Passivo				Ativo	
		Provisões				Depósitos vinculados	
		Circulante		Não circulante		Não circulante	
		31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	11.1			11.310	10.931	652	652
Licenças ambientais	11.2	10.109	10.354	4.329	4.747		
Total		10.109	10.354	15.639	15.678	652	652

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

**11.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas**

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das informações contábeis intermediárias. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

**11.1.1 Risco de perda provável**

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo			Ativo	
	Saldo em 31/12/2016	Atualizações monetárias	Saldo em 31/03/2017	Depósito judicial	
			31/03/2017	31/12/2016	
Trabalhistas	110	4	114	573	573
Cíveis	9.321	375	9.696		
Outros	1.500		1.500		
Total	10.931	379	11.310	573	573
Não circulante	10.931		11.310	573	573
Total	10.931		11.310	573	573

**11.1.1.1 Cíveis****Indenizações**

Indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da Investco por conta do citado enchimento, cujo montante provisionado em 31 de março de 2017 é de R\$3.758 (R\$3.613 em 31 de dezembro de 2016).

**Desapropriações**

Referem-se à indenizações a título de desapropriações propostas pela Companhia para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Investco e o valor pretendido pelo expropriado, cujo montante provisionado em 31 de março de 2017 é de R\$5.938 (R\$5.708 em 31 de dezembro de 2016). O saldo dos Depósitos judiciais, relacionados a estes processos, em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro 2016 é de R\$14.305 e estão registrados no Imobilizado em curso - Depósitos judiciais (Nota 8.2).

**Outros**

Referem-se a honorários de êxito junto a assessores jurídicos pelas ações judiciais que encontram-se em andamento.

## Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



### 11.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Ativo			
	Depósito judicial			
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Trabalhistas	333	322	73	73
Cíveis	95.149	91.447		
Fiscais	3.104	2.995		
Total	98.586	94.764	73	73

#### 11.1.2.1 Cíveis

##### Indenizações

Referem-se, em sua grande maioria, às ações descritas na nota 11.1.1.1 Cíveis - Indenizações, no montante em 31 de março de 2017 de R\$94.718 (R\$91.032 em 31 de dezembro de 2016).

##### Desapropriações

Referem-se a ações descritas na nota 11.1.1.1 Cíveis - Desapropriações, no montante em 31 de março de 2017 de R\$55 (R\$53 em 31 de dezembro de 2016).

##### Resolução CNPE nº 03/2013

As empresas de geração do Grupo EDP - Energias do Brasil, por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE e da Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica - ABRAGEL, ajuizaram ação judicial visando a suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/13, editada pela União, que instituiu rateio entre todos os agentes do mercado de energia elétrica de parte dos custos incorridos com a excessiva utilização de energia proveniente de fontes térmicas (petróleo, carvão e gás), em decorrência da escassez do regime de chuvas (Encargo de Serviço do Sistema - ESS).

Em 27 de maio de 2013 foi concedida liminar no âmbito das ações ordinárias em trâmite na 4ª Vara Federal do Distrito Federal, tornando sem efeito o disposto nos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 03/2013, impedindo de incluí-las no rateio dos custos calculados conforme a referida resolução.

Em 05 de dezembro de 2014 foi proferida sentença de procedência, ratificando os termos da liminar. A União apresentou recurso, no qual foi negado pelo Tribunal Regional Federal - TRF em junho de 2016. Em 30 de janeiro de 2017 a União interpôs recurso especial e extraordinário nos quais aguardam juízo de admissibilidade pelo TRF.

Baseados nos fatos e argumentos acima, os assessores jurídicos da Companhia classificaram o risco de perda como possível. O valor estimado em 31 de março de 2017 é de R\$189 (R\$182 em 31 de dezembro de 2016).

#### 11.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de naturezas trabalhistas em andamento cuja perda foi estimada como remota e, para estas ações, o saldo dos depósitos judiciais em 31 de março de 2017 é de R\$6 (R\$6 em 31 de dezembro de 2016).

#### 11.2 Licenças Ambientais

Refere-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Lajeado, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

A Companhia realizou o ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa implícita ao projeto de 6% a.a., que representa o custo médio de capital da Companhia na data da assinatura do contrato de concessão, e compreende o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

Em 22 de dezembro de 2014 foi emitida pelo Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins a renovação da Licença de Operação - LO nº 11.182/2014, válida pelo período de 5 anos, a contar da data de emissão. Como condicionantes da LO, a Companhia deverá dar continuidade à determinados PBAs relacionados às licenças anteriores.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, e suas devidas renovações, foram reconhecidas como ativo intangível e serão amortizadas pelo prazo que representa a vigência da licença.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Os desembolsos de natureza ambiental ocorridos durante o período foram de R\$1.090 (R\$759 em 2016). Deste montante, R\$985 (R\$414 em 2016) referem-se aos itens de manutenção da licença ambiental que já haviam sido provisionados e capitalizados e R\$105 (R\$345 em 2016) são relativos a gastos do programa de monitoramento de solos, águas subterrâneas e superficiais e proteção de biodiversidade e da paisagem, em contrapartida do resultado do período na rubrica de Serviços de terceiros.

Licenças ambientais	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Pagamentos	Atualização monetária	Transferências	Ajuste a valor presente	Saldo em 31/03/2017
Circulante	10.354	45	(985)	79	616		10.109
Não circulante	4.747			110	(616)	88	4.329
Total	15.101	45	(985)	189	-	88	14.438

## Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



### 12 Patrimônio líquido

#### 12.1 Capital social

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

As ações preferenciais são classificadas como Patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou somente resgatáveis por opção da Companhia. Não dão direito a voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do Capital social.

De acordo com Estatuto social, o Capital social em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 é de R\$961.794. Para fins das informações contábeis intermediárias, o Capital social apresentado pela Companhia em 31 de março de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 é de R\$804.459 que corresponde às ações ordinárias e ações preferenciais classe "R". O montante em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 de R\$157.335 corresponde às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C". A Companhia não tem o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para os detentores destas ações, decorrente da obrigatoriedade de pagamento anual de dividendos adicionais fixos a estes acionistas, razão pela qual essas ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida e descontadas a valor presente por satisfazerem a definição de passivo financeiro, conforme determina o item 19 do CPC 39 (Nota 10). Estas ações serão resgatáveis até o término do contrato de concessão da Companhia, ou seja, até 15 de janeiro de 2033.

Não houve variações na composição do Capital social em 31 de março de 2017 face a 31 de dezembro de 2016. Segue a composição do Capital social:

	31/03/2017 e 31/12/2016											
	Em milhares de ações											
	Qtd de ações "ON"	% Participação	Qtd de ações "PNR"	% Participação	Qtd de ações "PNA"	% Participação	Qtd de ações "PNB"	% Participação	Qtd de ações "PNC"	% Participação	Total	% Participação
<b>Acionistas</b>												
CEB Lajeado S.A.	80.440	20,00	51.112	20,00	980	6,02	1.031	20,00			133.563	16,98
Paulista Lajeado Energia S.A.	28.154	7,00	17.889	7,00	343	2,11	361	7,00			46.747	5,94
EDP - Energias do Brasil S.A.									35.947	33,53	35.947	4,57
Lajeado Energia S.A.	293.608	73,00	186.559	73,00	6.684	41,04	3.764	73,00			490.615	62,39
Companhia Paranaense de Energia - COPEL					6.425	39,45					6.425	0,82
Fumas Centrais Elétricas S.A.					1.650	10,13					1.650	0,21
Outros					207	1,25			71.252	66,47	71.459	9,09
	<b>402.202</b>	<b>100,00</b>	<b>255.560</b>	<b>100,00</b>	<b>16.289</b>	<b>100,00</b>	<b>5.156</b>	<b>100,00</b>	<b>107.199</b>	<b>100,00</b>	<b>786.406</b>	<b>100,00</b>

### 13 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que: (i) os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade; (iii) os custos associados possam ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

A receita com suprimento de energia elétrica é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A receita de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado são reconhecidas mensalmente conforme contrato de arrendamento.

	Nota	Períodos de 3 meses findos em 31 de março			
		MWh (*)		R\$	
		2017	2016	2017	2016
Suprimento de energia elétrica		8.297	8.781	1.477	1.405
Energia de curto prazo		2.185	1.796	328	(41)
Arrendamentos e alugueis	4			46.859	75.195
Outras receitas operacionais				160	142
<b>Receita operacional bruta</b>		<b>10.482</b>	<b>10.577</b>	<b>48.824</b>	<b>76.701</b>
(-) Deduções à receita operacional				(4.584)	(7.190)
PIS/COFINS				(4.516)	(7.095)
P&D				(16)	(11)
Outros encargos				(52)	(84)
<b>Receitas</b>		<b>10.482</b>	<b>10.577</b>	<b>44.240</b>	<b>69.511</b>

(\*) Não revisado pelos auditores independentes.

### 14

#### Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.



**Notas Explicativas**

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Períodos de 3 meses findos em 31 de março			
	2017		2016	
	Com energia elétrica	De operação	Despesas operacionais Gerais e administrativas	Total
Energia elétrica comprada para revenda	52			52
Encargos de uso da rede elétrica	402			402
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		2.187	842	3.029
Material		202	51	253
Serviços de terceiros		959	1.397	2.356
Depreciação		11.049	317	11.366
Amortização		685	21	706
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas				-
Aluguéis e arrendamentos			97	97
Outras		52	433	485
<b>Total</b>	<b>454</b>	<b>15.134</b>	<b>3.158</b>	<b>18.746</b>

**15 Resultado financeiro**

	Nota	Períodos de 3 meses findos em 31 de março	
		2017	2016
Receitas financeiras			
Renda de aplicações financeiras e cauções		1.119	1.882
Juros e multa sobre impostos	5	111	407
(-) PIS/COFINS sobre Receitas financeiras		(58)	(112)
Outras receitas financeiras		20	120
		<b>1.192</b>	<b>2.297</b>
Despesas financeiras			
Encargos de dívidas	10.2	(14.721)	(7.293)
Variações monetárias moeda nacional		(189)	(490)
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais, trabalhistas e outros		(379)	(721)
Ajustes a valor presente (UBP, Licenças ambientais e Empréstimos e financiamentos)		(2.358)	(1.660)
Atualização monetária uso do bem público		(531)	(2.118)
Atualização monetária e juros - GSF			(82)
Benefícios pós-emprego		(21)	(17)
Outras despesas financeiras		(34)	(36)
		<b>(18.233)</b>	<b>(12.417)</b>
		<b>(17.041)</b>	<b>(10.120)</b>

**16 Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) por meio da aplicação da alíquota de 9%.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.

	IRPJ / CSLL	
	Períodos de 3 meses findos em 31 de março	
	2017	2016
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	8.453	42.340
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	(2.874)	(14.396)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
Doações	(4)	
Outras	(8)	(2)
Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores	13	537
Incentivos fiscais		
Outras	6	6
Despesa de IRPJ e CSLL	<b>(2.867)</b>	<b>(13.855)</b>
Alíquota Efetiva	33,9%	32,7%

**17 Resultado por ação**

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas.

No 1º trimestre de 2017, a Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do período. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o período é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

**Notas Explicativas**

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Períodos de 3 meses findos em 31 de março	
	2017	2016
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas das ações:		
Ordinárias (ON)		19.257
Preferenciais Classe "R" (PNR)	866	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	598	780
Preferenciais Classe "B" (PNB)	189	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	3.933	5.133
	<u>5.586</u>	<u>28.485</u>
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)		
Ordinárias (ON)	402.202	402.202
Preferenciais Classe "R" (PNR)	255.560	255.560
Preferenciais Classe "A" (PNA)	16.289	16.289
Preferenciais Classe "B" (PNB)	5.156	5.156
Preferenciais Classe "C" (PNC)	107.199	107.199
	<u>786.406</u>	<u>786.406</u>
Resultado básico e diluído por ação (reais/ações)		
Ordinárias (ON)		0,04788
Preferenciais Classe "R" (PNR)	0,00339	0,01223
Preferenciais Classe "A" (PNA)	0,03669	0,04788
Preferenciais Classe "B" (PNB)	0,03669	0,03669
Preferenciais Classe "C" (PNC)	0,03669	0,04788

Segue abaixo a conciliação do Resultado líquido do período atribuível aos acionistas, conforme requerido pelo CPC 41:

	Resultado por classe de ações (sem ajustes)	Ajustes Nota 17.1	Resultado por classe de ações
<b>2016</b>			
Ordinárias (ON)	14.568	4.689	19.257
Preferenciais Classe "R" (PNR)	9.257	(6.131)	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	590	190	780
Preferenciais Classe "B" (PNB)	187	2	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	3.883	1.250	5.133
	<u>28.485</u>	<u>-</u>	<u>28.485</u>
<b>2017</b>			
Ordinárias (ON)	2.857	(2.857)	
Preferenciais Classe "R" (PNR)	1.815	(949)	866
Preferenciais Classe "A" (PNA)	116	482	598
Preferenciais Classe "B" (PNB)	37	152	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	761	3.172	3.933
	<u>5.586</u>	<u>-</u>	<u>5.586</u>

**17.1 Direito das ações preferenciais**

De acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais resgatáveis gozarão dos seguintes direitos:

- (i) ações preferenciais classe "R": recebimento de um dividendo anual fixo, não cumulativo, de 1% sobre o valor da sua respectiva participação no Capital social; e
- (ii) ações preferenciais classe "A", "B" e "C": recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no Capital social.

De acordo com o artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais resgatáveis de classes "A" e "C" tem as seguintes vantagens:

- (i) recebimento de dividendos suplementares aos 3% inicialmente descritos no artigo 8º do Estatuto Social, caso sejam pagos dividendos maiores a outras classes ou tipos de ações, de modo que nenhuma outra classe de ações sejam conferidas vantagens patrimoniais superiores;
- (ii) prioridade no reembolso de capital, em caso de dissolução da Companhia; e
- (iii) igualdade de condições em relação às demais classes e espécie de ações, concorrendo em todos os eventos qualificados como de distribuição de resultados, inclusive na capitalização de reservas disponíveis e lucros retidos a qualquer título.

**18 Instrumentos financeiros e gestão de riscos**

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

## Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



### 18.1 Instrumentos financeiros

#### 18.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Nota	Níveis	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
		Valor justo		Valor contábil	
<b>Ativos financeiros</b>					
<b>Valor justo por meio do resultado</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	3				
Aplicações financeiras	Nível 2	57.989	24.729	57.989	24.729
<b>Empréstimos e recebíveis</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	3				
Bancos conta movimento		1.233	983	1.233	983
Concessionárias		1.162	924	1.162	924
Rendas a receber	4	15.620	25.065	15.620	25.065
Outros créditos - Partes relacionadas		211	54	211	54
		<u>76.215</u>	<u>51.755</u>	<u>76.215</u>	<u>51.755</u>
<b>Passivos Financeiros</b>					
<b>Outros ao custo amortizado</b>					
Fornecedores		2.027	2.218	2.027	2.218
Uso do bem público		39.830	39.805	49.657	49.759
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	10				
Moeda nacional		111.402	94.942	111.402	94.942
Outras contas a pagar - Partes relacionadas		21	48	21	48
		<u>153.280</u>	<u>137.013</u>	<u>163.107</u>	<u>146.967</u>

### 18.2 Gestão de riscos

A política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil abrange todas as suas unidades de negócios e está alinhada à estratégia do Grupo EDP em suas operações no mundo. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

#### 18.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 31 de março de 2017 a Companhia não possui riscos de mercado associados a dívida.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado de Uso do bem público difere do seu valor contábil.

#### 18.2.1.1 Análise de sensibilidade

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

As análises de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Aging cenário provável						
		Até 1 ano	Provável	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
Aplicação financeira - CDB	CDI	6.699	6.699		Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Instrumentos financeiros ativos	CDI	6.699	6.699		1.675	3.350	(1.675)	(3.350)

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia. O CDI apresentou intervalos conforme apresentado a seguir: entre 9,50% e 12,25% a.a..

#### 18.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3) e Rendas a receber (Nota 4). A Companhia, em 31 de março de 2017, tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Rendas a receber, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de março de 2017, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

## Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	31/03/2017					31/12/2016
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Passivos financeiros</b>						
Fornecedores	1.596	239	192			2.027
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				21		21
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas			27.885	15.843	67.674	111.402
Uso do bem público	395	783	3.442	16.181	28.856	49.657
	<u>1.991</u>	<u>1.022</u>	<u>31.519</u>	<u>32.045</u>	<u>96.530</u>	<u>163.107</u>
						<u>146.967</u>

### 18.2.2.1 Capital circulante líquido - CCL

O capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 31 de março de 2017 foi negativo em R\$13.091 (R\$23.076 negativo em 31 de dezembro de 2016). A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, representando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo com as receitas provenientes do contrato de arrendamento com os acionistas.

### 18.2.3 Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema – ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia à um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (*Generation Scaling Factor*) para os geradores hidrelétricos.

Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 92% deste risco hidrológico remanescente para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio.

Em relação ao risco de racionamento, para o seu monitoramento, a Companhia utiliza como ferramentas o Subcomitê de Risco Energético que tem como práticas: (i) a avaliação do cenário de oferta e demanda de energia nas diferentes regiões de atuação, das variáveis macro e microeconômicas, e as especificidades de cada mercado, em um horizonte de cinco anos; (ii) antecipação de potenciais impactos sobre a geração de energia elétrica, de forma a prepará-las para assegurar o suprimento de energia; (iii) minimizar impactos na receita; e (iv) evitar o desabastecimento das concessionárias.

### 18.2.4 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Rendas a receber, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

## 19 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2017	2016
Constituição de dividendos e JSCP a pagar		23.752
Provisão para custos com licença ambiental no intangível	45	
Total	<u>45</u>	<u>23.752</u>

## 20 Compromissos contratuais e Garantias

### 20.1 Compromissos contratuais

Em 31 de março de 2017 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas informações contábeis intermediárias, apresentados por maturidade de vencimento.

Os materiais e serviços incluem, essencialmente, responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços para as atividades de operação e manutenção da Companhia.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP.

**Notas Explicativas**

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	31/03/2017				31/12/2016	
	Abril/2017 a Março/2018	Abril/2018 a Março/2020	Abril/2020 a Março/2022	A partir de Abril 2022	Total Geral	Total Geral
Responsabilidades com locações operacionais	249	116			365	492
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	22.120	16.341	3.707		42.168	46.741
Prêmio de risco - GSF				272	272	272
	<u>22.369</u>	<u>16.457</u>	<u>3.707</u>	<u>272</u>	<u>42.805</u>	<u>47.505</u>

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de março de 2017, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/03/2017				31/12/2016	
	Abril/2017 a Março/2018	Abril/2018 a Março/2020	Abril/2020 a Março/2022	A partir de Abril 2022	Total Geral	Total Geral
Responsabilidades com locações operacionais	201	98			299	407
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	17.803	14.008	3.478		35.289	38.723
Prêmio de risco - GSF				872	872	872
	<u>18.004</u>	<u>14.106</u>	<u>3.478</u>	<u>872</u>	<u>36.460</u>	<u>40.002</u>

**20.2****Garantias**

Tipo de garantia	Modalidade	31/03/2017	31/12/2016
Aval de acionista	Seguro de vida	10.082	9.390
Fiança bancária	Ações judiciais	1.142	1.128
Seguro garantia	Ações judiciais	7.028	5.739
		<u>18.252</u>	<u>16.257</u>

**21****Eventos subsequentes****21.1****Assembleia Geral Ordinária - AGO**

Foi aprovada em AGO, realizada em 19 de abril de 2017, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Foram distribuídos: (i) JSCP no valor de R\$62.534, sendo R\$48.434 destinados aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais de classe "R" e R\$14.100 destinados aos acionistas detentores das ações preferenciais de classe "A", "B" e "C", já contabilizados no exercício de 2016 conforme RCA de 19 de dezembro de 2016; e (ii) dividendos adicionais no valor de R\$62.666, sendo R\$47.945 destinados aos acionistas detentores de ações ordinárias e R\$14.721 destinados aos acionistas detentores das ações preferenciais de classes "A" e "C" (Nota 10.2). Os respectivos dividendos e JSCP serão pagos aos acionistas, sem ajuste, no decorrer do exercício de 2017.

Do montante de dividendos adicionais de R\$62.666, R\$47.945 destinados aos acionistas detentores das ações ordinárias e preferenciais de classe "R", serão contabilizados na data da deliberação acima mencionada, de acordo com o item 12 do CPC 24 - Evento subsequente.

Adicionalmente a destinação do lucro líquido, também foram deliberados:

- (i) Aprovação da remuneração global anual da Diretoria no montante de até R\$810, do Conselho de Administração de até R\$100 e do Conselho Fiscal de até R\$150, cuja distribuição individual será deliberada pelo Conselho de Administração nos termos do Estatuto Social da Companhia;
- (ii) Eleição dos membros do Conselho Fiscal para um novo mandato de dois anos; e
- (iii) Escolha dos jornais de publicações legais "Diário Oficial do Estado do Tocantins" e "Jornal do Tocantins".

\* \* \*

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas**  
Presidente

**Luiz Otavio Assis Henriques**  
Conselheiro

**Hamilton Carlos Naves**  
Conselheiro

**DIRETORIA**

**Luiz Otavio Assis Henriques**  
Diretor Presidente e de Relações com  
Investidores

**João Marcos Assis da Silva**  
Diretor Vice-Presidente

**Pedro Akos Litsek**  
Diretor Vice-Presidente

**José Cherem Pinto**  
Diretor Vice-Presidente de Controle

**Dione da Silva Freitas**  
Diretor Administrativo

**Cassio Carvalho Pinto Vidigal**  
Diretor Financeiro

**Plácido Gonçalves Meirelles Júnior**  
Diretor de Relações Institucionais e de  
Comunicação

**CONSELHO FISCAL**

**Allain Brasil Bertrand Júnior**  
Conselheiro

**Felipe Ha Jong Kim**  
Conselheiro

**João Antônio de Sousa Araújo Ribeiro da  
Costa**  
Conselheiro

**Paulo Afonso Teixeira Machado**  
Conselheiro

**Ademir José Scarpin**  
Conselheiro

**André Luis Nunes de Mello Almeida**  
Diretor de Contabilidade, Tributos e Gestão de  
Ativos

**Leonardo Nery dos Santos**  
Contador - CRC 1SP-261342/O-2 "S" TO

## **Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais**



Conforme Art.20 da Instrução CVM nº 480/09, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa.

## **Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**



Todas as informações julgadas relevantes pela Companhia estão contempladas no Comentário de Desempenho e nas Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias.

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas

Investco S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Investco S.A. contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 27 de abril de 2017

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5 "S" TO

Valdir Renato Coscodai

Contador CRC 1SP165875/O-6 "S" TO



## **Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**

O Conselho Fiscal da Investco S.A., no pressuposto de que não ocorrerão modificações pela Administração e que o Relatório dos Auditores Independentes, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes definitivo será emitido na forma como apresentado nesta data, tendo examinado as Informações Contábeis Intermediárias e o Comentário de Desempenho do período findo em 31 de março de 2017, manifestamo-nos, por unanimidade, com parecer favorável às Informações Contábeis Intermediárias tendo em vista que as peças retratam adequadamente a situação econômico-financeira da Companhia.

São Paulo, 26 de abril de 2017.

ALLAIN BRASIL BERTRAND JÚNIOR

Conselheiro Efetivo

JOÃO ANTÔNIO DE SOUSA ARAÚJO RIBEIRO DA COSTA

Conselheiro Efetivo

FELIPE HA JONG KIM

Conselheiro Efetivo

PAULO AFONSO TEIXEIRA MACHADO

Conselheiro Efetivo

ADEMIR JOSÉ SCARPIN

Conselheiro Efetivo

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Os Administradores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declaram que, em 26 de abril de 2017, reviram, discutiram e concordam com as Informações Contábeis Intermediárias para o período findo em 31 de março de 2017.

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES

Diretor Presidente e de Relações com Investidores

PEDRO AKOS LITSEK

Diretor Vice-Presidente

JOÃO MARCOS ASSIS DA SILVA

Diretor Vice-Presidente

PLÁCIDO GONÇALVES MEIRELLES JUNIOR

Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

DIONE DA SILVA FREITAS

Diretor Administrativo

CASSIO CARVALHO PINTO VIDIGAL

Diretor Financeiro

JOSÉ CHEREM PINTO

Diretor Vice-Presidente de Controle

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

Os Administradores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declaram que em 26 de abril de 2017, reviram, discutiram e concordam com as Informações Contábeis Intermediárias da Companhia para o período findo em 31 de março de 2017, bem como declaram que nessa mesma data, reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES

Diretor Presidente e de Relações com Investidores

PEDRO AKOS LITSEK

Diretor Vice-Presidente

JOÃO MARCOS ASSIS DA SILVA

Diretor Vice-Presidente

PLÁCIDO GONÇALVES MEIRELLES JUNIOR

Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

DIONE DA SILVA FREITAS

Diretor Administrativo

CASSIO CARVALHO PINTO VIDIGAL

Diretor Financeiro

JOSÉ CHEREM PINTO

Diretor Vice-Presidente de Controle